

**ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota explicativa	31/12/2012	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	66.701	Fornecedores.....		288
Despesas antecipadas.....	5	1.483	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	8	35
Tributos a recuperar.....		362	Obrigações sociais e trabalhistas.....		265
Outros créditos.....		6	Outras contas a pagar.....		55
Total do ativo circulante.....		68.552	Total do passivo circulante.....		643
Não Circulante			Não Circulante		
Imobilizado.....	6	5.413	Partes relacionadas.....	9	19
Intangível.....	7	228	Total do passivo não circulante.....		19
Total do ativo não circulante.....		5.641	Patrimônio Líquido		
Total do Ativo.....		74.193	Capital social.....	10.a)	75.000
			Prejuízos do exercício.....		(1.469)
			Total do patrimônio líquido.....		73.531
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		74.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2012
Custo dos Serviços Prestados.....	11	(1.374)
Lucro Bruto.....		(1.374)
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas operacionais.....	11	(2.601)
		(2.601)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro.....		(3.975)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras.....	12	2.712
Despesas financeiras.....	12	(206)
		2.506
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....		(1.469)
Lucro Líquido Do Exercício.....		(1.469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2012
Lucro Líquido do Exercício.....	(1.469)
Outros Resultados Abrangentes.....	-
Resultado Abrangente do Exercício.....	(1.469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2012
Receitas	
Com arrecadação de pedágio.....	-
Com construção.....	-
Outras receitas.....	-
	-
Insumos Adquiridos de Terceiros	
Custo dos serviços prestados.....	(1.363)
Materiais, energia e serviços de terceiros.....	(1.583)
Outros.....	-
	(2.946)
Valor Adicionado Bruto.....	(2.946)
Depreciações e Amortizações.....	(69)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Companhia.....	(3.015)
Valor Adicionado recebido em Transferência	
Receitas financeiras.....	2.712
Valor Adicionado Total a Distribuir.....	(303)
Distribuição do Valor Adicionado.....	(303)
Pessoal.....	960
Remuneração direta.....	871
Benefícios.....	44
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.....	45
Impostos, taxas e contribuições.....	-
Federais.....	-
Municipais.....	-
Remuneração de capitais de terceiros.....	206
Juros.....	-
Outras.....	206
Remuneração de capitais próprios.....	(1.469)
Prejuízos do exercício retidos.....	(1.469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de Dezembro de 2011.....		-	-	-	-	-	-
Capital social integralizado.....	10.a	150.000	(75.000)	-	-	-	75.000
Prejuízo líquido do exercício.....		-	-	-	-	(1.469)	(1.469)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012.....		150.000	(75.000)	-	-	(1.469)	73.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2012	31/12/2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(1.469)	55
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		(2.589)
Depreciações e amortizações.....	69	(5.463)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		(247)
Tributos a recuperar.....	(362)	(5.710)
Despesas antecipadas.....	(1.483)	
Outros créditos.....	(6)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores.....	288	75.000
Obrigações sociais e trabalhistas.....	265	75.000
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	35	
Partes relacionadas - fornecedores.....	19	
		66.701
		66.701
		66.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão referente à Licitação 001/2011 BR 101 ES/BA da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não foi assinado até o encerramento do exercício de 2012 pelo Consórcio Rodovia da Vitória, formado por EcoRodovias e SBS, em razão da decisão judicial de natureza liminar. Entretanto, em que pese a decisão da liminar, é importante ressaltar que as manifestações da ANTT, do Ministério Público Federal (MPF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) concluíram pela ausência de irregularidades e pela continuidade dos processos licitatórios com a assinatura do Contrato de Concessão.

Assim, em consonância com as decisões e manifestações reiteradas pelo MPF, TCU e a ANTT, as defesas apresentadas pelo Consórcio, que demonstraram a perfeita regularidade da proposta apresentada, o Consórcio Rodovia da Vitória continuará adotando todas as medidas cabíveis para a reforma do entendimento adotado pelo TRF da 1ª Região, que decidiu manter a liminar que suspende a assinatura do Contrato de Concessão, pois tem plena convicção da legalidade de sua proposta.

2. Apresentação e Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas é como segue:

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Imobilizado

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.8. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e provisão para manutenção.

2.9. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

2.10. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da

referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.11. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas: Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda com um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.

- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.

- Modificações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete as modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de "impairment" em coligadas e "joint ventures".

- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
- a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
- b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - trata da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

- CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11);
- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12);
- CPC 46 Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13).

3. Uso de Estimativas e Julgamento
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e bancos

Em moeda nacional 47
Aplicações financeiras - Compromissada (*) 66.654

Total **66.701**

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras compromissadas, remunerados em 109,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam de um a três meses e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

5. Despesas Antecipadas
O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$1.483, refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, classificados no ativo circulante.

6. Imobilizado

Imobilizado	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Adições.....	748	62	142	4.417	94	5.463
Depreciações.....	(39)	(2)	(6)	-	(3)	(50)
Em 31 de dezembro de 2012.....	709	60	136	4.417	91	5.413
Taxas médias anuais de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	-	10,0	

Em 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foram capitalizados encargos financeiros.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado.



7. Intangível

	Software de terceiros	Total
Adições.....	247	247
Amortizações.....	(19)	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	228	228
Taxas médias anuais de amortização - %.....	20,0	

8. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

	31/12/2012
Imposto sobre faturamento:	
ISS.....	3
Outros impostos.....	32
	35

9. Partes Relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanço patrimonial

Companhia	Natureza	Passivo Contas a pagar
Não circulante:		
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (a)	Outras partes relacionadas	18
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a).....	Controladora	1
Total em 31 de dezembro de 2012		19

(a) O saldo refere-se a transferências de funcionários que ocorreram em dezembro de 2012.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$150.000, representado por 150.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

11. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza

	31/12/2012
Pessoal.....	960
Conservação e manutenção.....	107
Serviços de terceiros.....	956
Seguros.....	1.207
Locação de imóveis e máquinas.....	188
Depreciações e amortizações.....	68
Outros custos e despesas operacionais.....	489
	3.975
Classificados como:	
Custo dos serviços prestados.....	1.374
Despesas gerais e administrativas.....	2.601
	3.975

12. Resultado Financeiro

	31/12/2012
Receitas financeiras:	
Receita de aplicações financeiras.....	2.712
	2.712
Despesas financeiras:	
Despesas bancárias.....	(2)
Outras.....	(203)
	(205)
Resultado financeiro.....	2.507

13. Informações por Segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

14. Evento Subsequente

Em 17 de abril de 2013 a ECO 101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumirá a concessão para a administração dos 475,9 km de extensão do trecho, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

15. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram aprovadas para emissão pela Diretoria e para envio ao Conselho de Administração em 4 de março de 2013.

DIRETORIA

Federico Botto
Diretor Presidente

Roberto Paulo Hanke
Diretor Superintendente

Roberto Koiti Nakagome
Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelino Rafart de Seras

Federico Botto

Marcello Guidotti

Dario Rais Lopes

Nelson Sperb

Ana Silvia de Almeida - Contadora
CRC 1-SP-159542/O-3